

# Resumo das Leis Cibernéticas - Lei Carolina Dieckmann 12.737

[10 de abril de 2015](#) / [s0ph0s](#)

Ocorreu um erro.

---

Tente assistir o vídeo em [www.youtube.com](http://www.youtube.com), ou ative o JavaScript caso ele esteja desativado em seu navegador.

Olá pessoal, hoje iremos falar de uma forma resumida sobre as leis que envolve o cibercrime, muitos já ouviram falar da Lei Carolina Dieckmann (conhecida pela Lei 12.737), mas não sabem ao certo o que ela é ou que representa dentro do contexto *hacking*. Traremos de uma forma clara o que é considerado cibercrime perante a essa lei, citando suas punições e as principais práticas na atualidade. Deixaremos no fim do artigo o link para visualizar por completo as leis e os artigos que a envolve. Caso queiram entender melhor o assunto assista o vídeo acima como complemento.

## O que é Cibercrime?

Cibercrime relaciona com toda atividade que envolve fraude em sistemas computacionais, a qual o intuito representa uma ação maliciosa agindo no meio informático, seja algum dano ou difamação que envolva ele.

## O que é considerado um crime cibernético perante a Lei da Carolina Dieckmann?

Em resumo definimos a prática dos crimes sobre a *Lei da Carolina Dieckmann* como as atividades ilícitas que constituem no meio informático, confirme a descrição abaixo sendo considerado crime:

- **Defacement** : Que é conhecido por ser uma ataque semântico de descaracterização da página, de uma forma mais clara são mensagens deixadas nas páginas da web. **Pena: 3 a 12 meses + Multa.**
- **Roubo, Divulgação e Comercialização de informações:** Roubar, distribuir e vender dados/informações de terceiros como databases, dados de cartão de credito, arquivos sigilosos (a qual destina apenas ao proprietário) é considerado crime também. **Pena: 3 a 12 meses + Multa.**
- **Disseminação de vírus ou códigos maliciosos:** Pode ser destacado os envios de spam em e-mail ou até mesmo em rede sociais, malwares como os keyloggers, ransomware, trojans, entre outros. **Pena: 3 a 12 meses + Multa.**
- **Invasão de dispositivo Informático:** Invadir qualquer dispositivo eletrônico como celulares, computadores, tablets, impressoras, roteadores, entre outros. **Pena: 3 a 12 meses + Multa.**
- **Ataque de Negação de Serviço:** Ataque de Dos ou DDos são considerados crimes sim, eles ainda geram muita discussão ente profissionais de segurança que abordam que não é crime. Mas perante a lei qualquer ataque que deixe o serviço inoperante causando prejuízo econômico é considerado crime, portanto ataque de negação de serviço é crime. **Pena: 3 a 12 meses + Multa.**

Em caso de crime seja praticado contra alguma instituição do governo (como presidente da República, presidentes do Supremo Tribunal Federal, da Câmara, do Senado, de assembleias e câmaras legislativas, de câmaras municipais ou dirigentes máximos "da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal) **a pena é aumentada de 1/3 a 1/2.**

A lei prevê ainda o **aumento das pena de 1/6 a 1/3** se a invasão causar prejuízo econômico e de um a dois terços "se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiros, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos".

## Conclusão

Por mais que a lei chega a ser complexa ainda é mal reformulada comparada com leis cibernéticas em outros países (como EUA, China entre outros), como por exemplo se você obter um certo dado e não ter nada te inibindo o acesso a ele (como um firewall ou outra proteção) não é considerado diretamente um crime penal. Mas caso drible o sistema de segurança já é considerado uma inflação. Pondo em prática esse exemplo pode pensar dessa maneira: Quando uma “alvo” entra numa casa e a porta esta aberta não é considerado crime (exemplo explorar a falha de *listagem de diretório*), mas quando ele arromba a porta, a partir daí é considerado um delito (exemplo: usar ferramentas de injeção como exemplo o sqlmap ou scripts).

*Fonte para leitura complementar:* <http://abimaelborges.jusbrasil.com.br/artigos/111823710/lei-carolina-dieckmann-lei-n-12737-12-art-154-a-do-codigo-penal>